



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento de Patrimônio Imaterial
Coordenação-Geral de Identificação e Registro
Coordenação de Registro e Revalidação
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação de Registro

PARECER TÉCNICO nº 1/2026/COREG/CGIR/DPI

ASSUNTO: Análise sobre o processo de Registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado

REFERÊNCIA: Proc. 01450.010388/2006-15

Brasília, 09 de abril de 2026

I. Introdução

O presente parecer técnico apresenta a análise do processo administrativo 01450.010388/2006-15, sobre o registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado. O processo foi iniciado a partir da solicitação de registro elaborada pela Articulação Pacari em 15 de agosto de 2006, tendo inicialmente como objeto de reconhecimento a Farmacopéia Popular do Cerrado, e posteriormente reelaborado para o Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado.

O texto em tela é motivado pelo §2º do art. 11 da Resolução Iphan nº 001, de 3 de agosto de 2006, e também pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Além dos instrumentos normativos citados, a análise a seguir terá como base o Dossiê de registro do bem cultural (SEI nº. 7304510), elaborado pela equipe de pesquisadoras e pesquisadores da Universidade de Brasília, no âmbito do convênio formalizado entre Iphan e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

II. Contextualização do Processo de Instrução para o Registro

O processo de instrução para o registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado será contextualizado a partir dos documentos anexados ao processo 01450.010388-2006-15. Para isso, consideramos os principais documentos anexados ao processo, como ofícios, cartas, pareceres, notas técnicas e atas de reunião. É possível ainda consultar publicamente de forma integral o processo administrativo citado.

Em 2005 foi formalizado um Termo de Cooperação Técnica entre Iphan e Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) para análise conjunta de instrumentos técnicos e jurídicos que poderiam ser desenvolvidos por ambas as instituições. A parceria teve entre seus desdobramentos a realização do Inventário da Rede Fitovida e a solicitação de registro da Farmacopéia Popular do Cerrado.

Com data de 15 de agosto de 2006, a Articulação Pacari encaminhou ao Iphan, em nome do presidente à época, o Sr. Luiz Fernando de Almeida, uma carta em que solicitou o registro da Farmacopéia Popular do Cerrado como bem cultural de natureza imaterial. Embora tenha solicitado o

registro com base no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, a carta apresentou uma proposta da escrita da Farmacopéia Popular do Cerrado enquanto um livro de registro dos conhecimentos tradicionais sobre o ofício de preparar remédios com plantas medicinais e manejo sustentável dos recursos do Cerrado.

O documento caracteriza o Cerrado e situa nele a existência de uma diversidade de raízes, entrecascas, resinas, óleos, flores e folhas que são manejadas pelos povos do cerrado para o preparo de remédios caseiros, em forma de garrafadas, xaropes, pomadas e chás. Menciona ainda os raizeiros e raizeiras enquanto conhecedores de frutos e plantas que são utilizadas no preparo dos remédios tradicionais. No texto, são mencionados conhecedores tradicionais da Comissão da Farmacopéia Popular do Cerrado, nos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Tocantins.

Em anexo à solicitação de registro, consta ainda a Carta de Ceres e a Carta do Conhecimento, que dão apoio ao registro do bem. Declarações de anuência ao pedido também foram anexadas à carta da Articulação Pacari.

Em 6 de setembro de 2006, a Gerente de Registro do DPI, Ana Cláudia Lima e Alves, por meio do Memorando 0520/06 GR/DPI, encaminhou toda a documentação recebida à Diretora do DPI, Márcia Sant'Anna, que no mesmo dia, por meio do Memorando nº 0520/06 GR/DPI, encaminhou toda a documentação recebida à Presidência do Iphan, para ciência e providências.

No Ofício nº017/07 - GR/DPI/IPhan de 07/02/2007, direcionado à Associação Pacari, informou que o Decreto 3.551/2000 não previa o reconhecimento de um livro que reúne os conhecimentos tradicionais sobre o ofício de preparar remédios com plantas medicinais, tal como descrito na documentação encaminhada para compor o processo de Registro. Assim, o objeto tal como proposto não se enquadrava nas categorias do registro. Mesmo assim, o processo ainda seria analisado e submetido à Câmara de Patrimônio Imaterial, o que ocorreu em sua oitava reunião, que aconteceu nos dias 14 e 15 de março de 2008.

Na reunião, foi relatado que o objeto proposto estava inadequado ao registro, por se tratar de uma coleção de receitas e fórmulas de remédios produzidos a partir de plantas medicinais do cerrado. No entanto, a documentação encaminhada apresentou elementos de muita importância para o conhecimento de ofícios associados aos saberes tradicionais de manipulação dessas plantas, tais como as raizeiras, benzedeiras e rezadeiras, cabendo uma pesquisa sobre esses ofícios. Desse modo, foi deliberado pelo foco no ofício no bioma cerrado, e o título do bem proposto para registro passou a ser "Ofício de raizeiras e raizeiros no Cerrado".

Posteriormente, a Memória de reunião de 18 de dezembro de 2007, entre Iphan (DPI), técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e coordenadora da Pacari consolida os encaminhamentos propostos. A reunião teve como pauta e encaminhamento a reformulação da solicitação de registro, com ênfase na importância do bioma Cerrado e do conhecimento produzido pelas raizeiras e raizeiros. A mesma memória de reunião trás o registro da reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial de 14 e 15 de março de 2007. Considerou-se também que uma pesquisa sobre esses ofícios poderia reverter a tendência em se compreender essas práticas como bruxaria ou magia. Além disso, o inventário poderia ajudar a sistematizar a rede de pessoas que desenvolvem a prática relacionada ao bioma cerrado. Foi proposto o nome de "Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado" para o processo.

A Nota Técnica n. 009/2007, elaborada no mesmo período da reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, retoma aspectos da memória de reunião anterior, e conclui que a aplicação do inventário poderia ajudar a sistematizar a rede de pessoas vinculadas ao ofício das raizeiras e raizeiros. Nesse momento, é recomendado que a farmacopeia integre as ações de salvaguarda do bem cultural.

Em seguida, o Ofício n' 0271/08 G.AB/DPI/Iphan direcionado à Associação Pacari, com data de 14 de outubro de 2008, menciona que na reunião ocorrida em 7 de março de 2007 foi informado pela Pacari que o principal ofício ligado à farmacopeia é o de raizeira e raizeira do cerrado. Diante disso, foi solicitada a reelaboração do pedido de registro, passando ao Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado, sendo necessária uma reunião com a proponente do pedido de registro.

Em maio de 2009, a Articulação Pacari encaminhou o pedido de registro reformulado, com o título "Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado – Pedido de Registro como Bem Cultural de Natureza

Imaterial". O documento aborda o bioma Cerrado enquanto um território ameaçado, onde vivem povos tradicionais que trabalham no manejo e na utilização das plantas medicinais que são encontradas em sua biodiversidade, tendo as raizeiras e os raizeiros enquanto especialistas no manejo, coleta e preparo de uma série de remédios caseiros que são fundamentais para a saúde comunitária, com seus conhecimentos transmitidos oralmente entre gerações. Anexos ao documento conta novamente a Carta de Ceres e a Carta do Conhecimento, que dão apoio e somam subsídios ao pedido de registro do bem.

O processo administrativo teve nova movimentação apenas em 27 de setembro de 2013, com o Memorando nº 384/13 da Coordenação Técnica da Superintendência do Iphan em Goiás. Houve a solicitação de que o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) prestasse informações sobre o processo, a fim de responder o Ofício n.º 888/2013/MPF/RVD/GO/WRA, do Ministério Público Federal. Em resposta, foi encaminhado o Ofício nº 380/13 -- GAB/DPI/Iphan, em que consta a cópia do processo e a informação de que em 2009 foi firmado um convênio com a instituição Casa Verde, a fim de realizar o levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado.

Em 4 de maio de 2016, o Iphan/GO encaminhou ao DPI o Ofício 0012/2016 da Comunidade Quilombola do Cedro, que solicitou ao Iphan o reconhecimento dos seus saberes acerca do trabalho com as plantas medicinais do cerrado. A documentação apresentou, ainda, os desafios enfrentados por aqueles que exercem o ofício.

Em seguida, o Relatório Descritivo do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado, apresentado pela Articulação Pacari, evidencia o levantamento preliminar sobre os saberes e as práticas relacionadas às plantas medicinais do Cerrado. O material descreve a identificação, a coleta, o manejo, o preparo e a aplicação dos remédios caseiros. O relatório foi constituído a partir de convênio firmado em 2009 entre Iphan e Instituto Casa Verde, para o desenvolvimento do projeto Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado: levantamento preliminar. Devido à não apresentação de produtos acordados, o convênio não vigorou.

É importante mencionar que ao processo foi anexada uma cópia da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). A PNPIC foi implementada em 2006 no Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo de garantir abordagens complementares acerca do cuidado continuado, humanizado e integral. A PNPIC iniciou com abordagens como acupuntura, homeopatia, fitoterapia e atualmente, conta com 29 práticas integrativas, conforme consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Saúde¹.

O processo foi retomado em 2019 e foram anexados relatórios semestrais do Projeto Integrado De Educação Patrimonial Linha De Transmissão Cc ± 800 Kv Xingu Terminal Rio E Instalações Associadas e relatórios semestrais de Gestão dos Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados, provenientes do processo de licenciamento ambiental 01450.010667/2015-70, de implantação da Linha de Transmissão LT 800Kv Xingu Terminal Rio e Instalações Associadas.

Os relatórios de gestão apresentam informações sobre a identificação e acompanhamento de raizeiros e raizeiras nos municípios de Bernardo Sayão, Itaporã do Tocantins, Guaraí, Fortaleza do Taboão e Miranorte, todos no estado do Tocantins. Além da identificação de raizeiros e raizeiras, foram realizadas entrevistas e oficinas sobre inventários participativos.

Em 2022 a articulação institucional e a mobilização com os detentores foi intensificada e no dia 27 de julho desse mesmo ano foi firmado o Termo de Colaboração para a instrução técnica do processo de Registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, entre Iphan e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). A partir dessa parceria foi construído pela equipe de pesquisadoras e pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB) o Dossiê que sistematiza informações, conhecimentos e documentação sobre o bem cultural.

III. Caracterização do bem cultural

1. INTRODUÇÃO

As Raizeiras e Raizeiros do Cerrado são descritos pelo dossiê de instrução desse processo de registro como pessoas que, com base em um repertório de saberes, manipulam e beneficiam plantas e espécies do bioma Cerrado, identificadas como dotadas de propriedades medicinais com o objetivo de produzir “remédios caseiros” voltados ao tratamento de saúde das comunidades nas quais estão inseridos.

Esse saber tradicional de cuidado e cura tem a convivência com o bioma como base e é transmitido principalmente pela oralidade e pela vivência. O ofício envolve o conhecimento das plantas compreendidas como medicinais (sua identificação, manejo sustentável e preparo de medicamentos, como chás, banhos, pomadas e garrafadas) e a compreensão do corpo, do adoecimento e da relação entre pessoa, planta e território.

Aprendido ao longo da vida, muitas vezes desde a infância, esse conhecimento é construído por meio da observação, da prática e das caminhadas acompanhadas pelos mais velhos por caminhos, quintais, roças, matas e veredas, que se tornam espaços pedagógicos nos quais o território é também extensão da memória coletiva, possibilitando a transmissão do saber entre gerações.

O ofício está diretamente ligado à história e à resistência de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Cerrado em áreas rurais, periurbanas e urbanas. A prática remonta aos sistemas de conhecimentos indígenas, anteriores ao período colonial, e alcança a contemporaneidade. Ela é marcada por processos históricos de repressão e resistência característicos do movimento de separação entre medicina científica e medicina tradicional/popular.

Além disso, raizeiras e raizeiros reconhecem as plantas como seres vivos, dotados de agência, com os quais se estabelece uma relação ética de respeito que inclui pedidos de licença, rituais, rezas e, em muitos casos, orientações recebidas em sonhos, como aponta o dossiê:

Para fazer a coleta, Dona Cecília [raizeira] explica o cuidado que se deve ter: “Eu vou arrancar eu peço licença, entendeu? Se for lá uma raiz de gêmea, eu vou tirar um e largo o resto lá na terra e se também quando eu vou tirar se quebra a raiz e eu não vou buscar. Porque a terra só me liberou até aquele pedaço, porque se eu tirar aquele e devolver a terra lá pro buraco aquela terra que eu devolvo. Vai colar lá de novamente na raiz e com o passar dos dias. Ela vai brotar entendeu?” (p. 248 - 250)

Assim, as detentoras e detentores sustentam redes comunitárias de cuidado e contribuem para a defesa do território e da biodiversidade, integrando saúde, espiritualidade, educação popular e preservação ambiental.

2. PRODUÇÃO

Segundo relatos de raizeiras reunidos no dossiê, a preparação dos remédios caseiros se baseia em técnicas e conhecimentos tradicionais e segue critérios de “boas práticas”, desde o momento da coleta da planta até a finalização do remédio:

as raizeiras se preocupam com o caminho seguido na feitura, desde a coleta em campo até chegar nas mãos das pessoas. Tantina enfatiza que não se pode coletar nas ruas das cidades, mas nas matas próximas, nos quintais, as raizeiras que vivem em áreas periurbanas, se preocupam com quem faz a coleta e lhe entrega a planta, se interessam sobre como foi feita a coleta, em que estado ficou a planta após a coleta, tudo isso influi na energia da planta que será usada. Após a coleta, a planta passa por processos de lavagem, fracionamento, secagem e armazenamento. As raizeiras e Raizeiros informam que ‘boas práticas’ compartilhadas entre elas são observadas no manejo da planta para o preparo do remédio, assim como fazem com os alimentos. De acordo com Lucely e Tantina, a higiene pessoal, espiritual, lavagem do ambiente, dos instrumentos, limpeza das farmacinhas, armazenamento adequado das plantas, insumos, controle de insetos e destino do lixo produzido, tudo deve ser observado e seguido. (p. 260)

De acordo com o Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras o Cerrado¹, os remédios caseiros são preparos que “utilizam plantas medicinais e insumos provenientes da agricultura familiar,

como mel, rapadura, cachaça e óleos". Para produzi-los, as raizeiras utilizam técnicas tradicionais parecidas com aquelas voltadas para o preparo de alimentos e que resultam em 14 formas de medicamentos, entre elas as garrafadas, tinturas, xaropes, pomadas, pílulas e chás.

O remédio indicado, que pode ser feito de uma planta ou conjunto de plantas, é resultado de uma consulta entre a pessoa interessada e a raizeira, que avalia o caso, escuta a história de vida e o relato de adoecimento. A sugestão de um determinado medicamento se baseia no conhecimento ancestral daquilo que já foi "observado, analisado, transformado e aprimorado pela ciência tradicional", como relata o dossiê:

Cada remédio caseiro carrega uma história, narrada por uma raizeira ou um raizeiro, que conhece sua origem e uso e sabe dos efeitos em quem o consome. Por exemplo, Wilson fez o xarope para as vias respiratórias e pulmão, visando adoecimentos conhecidos como asma, bronquite, pneumonia, infecção da garganta e alergia interna para um jovem que estava com sintomas de dor de garganta e início de bronquite, de acordo com o jovem: '(...) o xarope deu alívio na garganta e parou a bronquite no início'. Wilson fez o xarope misturando os seguintes elementos: casca de angico, casca de jatobá, casca de mulungu, casca de imburana, alcaçuz, gengibre, folha de laranja, guaco, folha de maracujá, alfavaca, sabugueiro, hortelã grosso, capim de cheiro, capim urubu, cravo, canela, própolis, mel, rapadura, cardo-santo, óleo de mamona cura, óleo de copaíba. Essa receita lhe foi repassada por sua mãe, Dona Flor, e sua indicação tem sucesso, conta com 'testemunhos de cura' por quem o utiliza. (p. 261)

"Fogo, água, lenha, plantas, panelas de cobre, ferro, esmaltadas, colheres de pau, muitos materiais compõem essa alquimia que produz os remédios caseiros."² Esses medicamentos são produzidos em espaços semelhantes a uma cozinha, as chamadas farmacinhas caseiras ou farmacinhas comunitárias. O que distingue as farmacinhas comunitárias é que essas são espaços de cuidado e promoção da saúde abertos ao público e mantidos por um grupo organizado, geralmente formado por mulheres.

As farmacinhas comunitárias são muitas vezes uma alternativa de atenção à saúde, especialmente em contextos em que o acesso aos serviços formais é limitado. Os remédios lá produzidos são comercializados a preços acessíveis ou doados em casos nos quais a pessoa não pode pagar. Esses locais funcionam também como espaços de transmissão de saberes.

3. TRANSMISSÃO DE SABERES E O PAPEL CENTRAL DAS MULHERES

A transmissão de saberes entre detentoras e detentores ocorre principalmente por meio da oralidade, pelo aprendizado vivido no cotidiano, em contato direto com as plantas, com as pessoas e com o território. O ensino se dá por um processo contínuo de convivência, observação e prática, no qual a aprendiz acompanha a mestra ou o mestre em caminhadas pelos quintais e matas, aprendendo a reconhecer plantas, cheiros, tempos de coleta, formas de preparo e usos adequados.

Esse aprendizado é profundamente experiencial e sensível: envolve ver, tocar, cheirar, provar, escutar histórias e memórias associadas às plantas e às curas. Os saberes são transmitidos junto com valores éticos, como o respeito às plantas enquanto seres vivos, o cuidado com o território e a responsabilidade com quem busca ajuda.

A transmissão se dá, sobretudo, no interior das famílias e das redes comunitárias, entre diferentes gerações, com destaque para o papel das mulheres mais velhas como mestras do ofício. Ao mesmo tempo, o saber não é fechado, ele se renova por trocas entre raizeiras e raizeiros, encontros comunitários, feiras, oficinas e articulações. Assim, o conhecimento se mantém vivo, dinâmico e coletivo, articulando tradição, transformação e continuidade.

O ofício se constrói historicamente a partir de divisões sociais do cuidado, nas quais as mulheres assumem protagonismo, resultando em um papel central para o componente de gênero nessa formação. Elas são, em sua maioria, as responsáveis pelo cuidado cotidiano da família e da comunidade, como a atenção a crianças, idosos, partos e doenças, o que favorece uma relação com as plantas medicinais e com os saberes terapêuticos transmitidos entre gerações.

A formação das raizeiras ocorre, portanto, em espaços tradicionalmente reservados às mulheres, como quintais, cozinhas, terreiros e matas próximas às casas, onde o conhecimento é aprendido pela prática, pela observação e pela oralidade. A raizeira Lucely Pio, da comunidade quilombola do Cedro, no sudoeste de Goiás, expressa em sua fala a forma de transmissão de saberes marcada pelo componente de gênero:

Para mim ser raizeira é uma herança que a gente recebe dos nosso antepassado, porque é uma forma de aprendizado que passa de geração pra geração, porque não existe uma pessoa falar assim, eu tenho trinta anos de conhecimento, eu vou ser um raizeiro... porque o Cerrado é uma coisa muito complexa, são muito parecidas as planta e pra definir essas planta, cê tem que ter um conhecimento, cê tem que ter uma vivência no Cerrado. Eu falo isso baseado por mim, porque desde os cinco anos de idade eu já ia pro Cerrado com a minha avó. Então, assim, eu aprendi a ser raizeira com ela. Então foi a herança que ela teve da mãe, da avó dela, mais a mãe dela, que hoje foi passado pra mim. Então, é uma herança que a gente recebe dos nosso mais velho e aí a gente dá continuidade (Oliveira & Guimarães, 2025:07). (Dossiê, p. 209)

O gênero não define rigorosamente quem pode ser raizeira ou raizeiro e homens também exercem o ofício. Porém, mesmo nesses casos, a formação costuma passar por mulheres mais velhas, como mães, avós, tias.

As raizeiras ocupam um lugar central na sociedade como guardiãs do cuidado, da saúde e da memória coletiva nas comunidades do Cerrado. Elas são reconhecidas como referências, procuradas em momentos de adoecimento físico, emocional e espiritual. Seu papel vai além da cura individual, envolve orientar, fortalecer vínculos comunitários e sustentar práticas de cuidado acessíveis, especialmente onde o Estado e os serviços formais de saúde são insuficientes ou ausentes.

Ao mesmo tempo, as raizeiras ocupam uma posição historicamente marginalizada nas hierarquias sociais e institucionais, devido a fatores como o racismo e a desvalorização dos saberes tradicionais e femininos. Apesar disso, seguem como protagonistas na resistência cultural, na defesa do Cerrado e na afirmação de outros modos de produzir conhecimento e promover a saúde.

4. DOM E CRENÇA

O dom e a crença ocupam um papel estruturante no Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado, pois fundamentam tanto a legitimidade do saber quanto a eficácia do cuidado. Eles organizam as práticas das raizeiras e raizeiros e definem seu lugar social como pessoas escolhidas para o cuidado com a vida.

O dom é entendido como uma disposição ou chamado que não se aprende apenas pela técnica, mas que se revela ao longo da vida, muitas vezes associado a sinais como sonhos, intuições e experiências de cura. Ter dom significa ter abertura para escutar as plantas, perceber o corpo do outro e assumir a responsabilidade ética de cuidar, como explica Dona Flor, grande mestra dos saberes ancestrais, raizeira e parteira do quilombo Moinho, em Goiás:

Minha avó me ensinou a fazer muita coisa, mas remédio eu desenvolvi pelo dom do Espírito Santo. Eu via uma pessoa doente, eu já ficava pensando assim: o que eu vou fazer por ele ... O que eu faço? Não posso deixar ele doente assim. Aí, naquele momento vinha aquela intuição que dizia 'faça isso', aí eu fazia e dava certo' (depoimento no livro Saraiva et. ali, 2011:10). (Dossiê, p. 203)

Rezas, pedidos de licença, promessas, sonhos e orientações espirituais fazem parte do processo de identificação da planta adequada, do preparo do remédio e da cura. Já a eficácia do tratamento está vinculada à intenção e à fé de quem prepara e também de quem recebe o remédio:

Lucely Pio explica que para uma pessoa fazer uso de um remédio caseiro feito de plantas, ela precisa acreditar. Conta que um professor universitário a procurou para resolver um problema de saúde, ele já havia ido ao médico: "Aí foi quando o homem chegou, a primeira coisa que ele falou assim para mim: 'Ó, eu vim aqui eu quero que você me ajuda, mas eu acredito em você, eu não acredito em Deus, de nada que fala de espiritualidade. Eu quero que você me ajude'". E ela lhe explicou que não podia ajudá-lo, porque o poder de cura está nas plantas, na força divina/espiritual, se ele não acredita nesse poder de cura, então, não teria efeito o remédio. Dona Flor nos ensinou que o

sagrado da planta requer uma relação de troca e de respeito: “Há um momento pra plantar e pra colher, se você respeitar ela (a natureza), ela vai te respeitar também (e te curar)”. (p. 203-204)

A eficácia dos remédios produzidos pelas raizeiras e raizeiros é afirmada pelos chamados “testemunhos de cura”, relatos de cura ou melhora, dados por pessoas que tomaram ou administraram esses medicamentos caseiros. Eles cumprem a função de validar o conhecimento e a prática das raizeiras e raizeiros. Podem ser relatos orais ou mesmo imagens e vídeos no formato “antes e depois” do tratamento, frequentemente compartilhados em redes sociais.

Porém, para a legislação brasileira, o uso de plantas medicinais é caracterizado como prática ilegal por não se guiar por procedimentos científicos hegemônicos, colocando as farmacinhas como alvo de fiscalização pelos órgãos públicos competentes.

5. A FORMAÇÃO SOCIAL DO CERRADO

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e um dos mais antigos do planeta, ocupando grande parte da região central do país. Tem como característica marcante uma vegetação altamente adaptada para sobreviver ao fogo e à seca prolongada, com troncos tortuosos de casca grossa e longas raízes pivotantes que buscam água em camadas profundas do solo.

Apesar de muitas vezes ser visto como “vegetação pobre”, o Cerrado abriga uma das maiores biodiversidades do mundo, com cerca de 12 mil espécies de plantas catalogadas, muitas delas endêmicas e de grande valor medicinal, alimentar e cultural. Entre elas, mais de 220 espécies vegetais conhecidas por suas propriedades medicinais, como o barbatimão, o jatobá e a pacari, compoem uma farmacopeia popular resultante de sistemas tradicionais de cuidado essenciais para os povos locais.

O Cerrado tem também papel fundamental no equilíbrio hídrico do país. Nele nascem importantes bacias hidrográficas, como as dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia, Paraná-Paraguai e Parnaíba. Suas formações vegetais profundas favorecem a infiltração da água no solo, alimentando aquíferos e garantindo o fluxo de rios que sustentam ecossistemas e populações em diversas regiões.

Atualmente, o Cerrado é considerado um hotspot mundial de biodiversidade — classificação usada para áreas com grande riqueza biológica e relevante número de espécies endêmicas que enfrentam um nível de ameaça muito alto. Mais da metade de sua cobertura vegetal original já foi desmatada. Nas últimas décadas, o Cerrado vem sofrendo intensa pressão e devastação, principalmente devido à expansão do agronegócio, da mineração e de grandes projetos de infraestrutura, enfrentando ameaça de desaparecimento.

Esse processo de degradação, muitas vezes denunciado como um ecocídio, ameaça não só a biodiversidade, mas também os modos de vida e os saberes tradicionais que dependem do equilíbrio do bioma (e vice-versa). A raizeira Lucely Pio aponta a importância do Cerrado para a continuidade do ofício:

E o que vai acontecer se o Cerrado continuar sendo devastado, como tá, da maneira que tá sem essa preservação, a gente vai perder a nossa cultura, porque a gente depende, principalmente, nós, lá, do Cedro, a gente depende desse Cerrado em pé, pra gente manter a nossa tradição, de conhecimentos e fazeres, usando os extrativismo do Cerrado. Porque a gente trabalha com a medicina tradicional, com Cerrado em pé. E se derruba ele daqui a pouco a gente não vai ter essas espécies. Como que eu vou ensinar para o meu neto, para o meu filho, pro meu vizinho. Como que ele vai fazer uma tintura usando a casca do Jatobá, se não existe o pé Jatobá. Então, por isso é a importância do Cerrado, de manter ele em pé para continuar a nossa tradição oral, que é os conhecimentos e fazer desse repasso, porque assim a gente não é dono.[...] Então para isso continuar a gente tem que manter o Cerrado em pé, porque se a gente não tiver o Cerrado a gente também não tem cultura. E essa cultura vai morrer, ela vai ser acabada e eles vão depender de que, das Farmácias química. Então isso é importante de manter esse Cerrado de pé. Então, assim, quando uma cultura morre também é como se toda identidade também, toda uma forma de pensar morre, é muito violento (Oliveira & Guimarães, 2025: 08). (Dossiê, p. 242)

A formação social do Cerrado se constitui a partir de uma longa história de ocupação, resistência e criação coletiva de modos de vida articulados ao território. Povos indígenas, comunidades quilombolas, populações negras rurais e camponesas formaram redes sociais baseadas na mobilidade, no parentesco, na ajuda mútua e no uso comum da terra, das águas e das plantas.

Ao longo do tempo, os povos indígenas que passaram a viver na região desenvolveram um conhecimento profundo e sustentável do bioma, adaptando-se às suas variações sazonais, em especial aos períodos de seca, e utilizando suas plantas para alimentação e cura. Essa interação milenar permitiu a existência de comunidades autônomas e complexas muito antes da colonização europeia.

No século XVIII, o avanço da colonização para o interior do Brasil, impulsionado pela busca de ouro, transformou radicalmente o território através da mineração predatória e da pecuária extensiva. Esse período foi marcado pelo genocídio e escravização de povos indígenas, bem como pela introdução forçada de africanos escravizados.

Em resposta à opressão, surgiram movimentos de resistência, como a formação de quilombos e a migração estratégica de povos indígenas para áreas de refúgio. É nesse tecido social que emerge o Ofício de Raizeiras e Raizeiros, como parte de sistemas tradicionais de cuidado.

6. CONFLITO E RESISTÊNCIA

Ao longo dos séculos, os saberes relacionados à cura com plantas foram muitas vezes estigmatizados como atrasados, supersticiosos ou ilegais, sofrendo perseguições institucionais, repressão policial e tentativas de silenciamento, no que o dossiê qualifica como um processo de epistemicídio:

Nos inspiramos na definição de epistemicídio de Sueli Carneiro (2005) para destrinchar como o ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado que constitui um saber, um conhecimento, sofreu processos racializados de morte. A autora define o epistemicídio como uma ação que segue para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, mas se configura em um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro e indígena como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. (p.159)

Outro eixo central de conflito diz respeito à imposição da medicina científica hegemônica e das normas sanitárias e jurídicas, que historicamente marginalizaram as práticas tradicionais. Raizeiras e raizeiros enfrentaram e ainda enfrentam criminalização, apreensão de remédios caseiros, restrições à circulação e à venda de plantas medicinais e desqualificação de seus conhecimentos. Essas tensões se intensificaram com a urbanização e com a ampliação do controle estatal sobre a saúde, colocando o ofício em constante disputa por reconhecimento e legitimidade social, como demonstra o caso a seguir:

Dona Francisca, raizeira de Goiânia-GO, lembra para Sabrina Almeida (2018), em 2010, quando estava na casa do filho, com quem morava à época e onde também mantinha uma farmacinha caseira, quando sua filha, chegando em casa, se deparou com dois homens na porta que perguntaram se era ali que morava Dona Francisca. Sem saber que se tratava de dois policiais à paisana, a filha os teria convidado para entrar e levado até a farmacinha onde estaria sua mãe. Os dois homens teriam fingido estar interessados em conhecer seu trabalho, olharam todos os remédios disponíveis e chegaram até a separar uma garrafada e um remédio a base da planta tanchagem antes de anunciar que estavam ali em razão de uma denúncia contra ela. Diante dessa informação, Dona Francisca teria perguntado se seu remédio teria matado alguém, se havia vendido algum remédio estragado e o que havia feito de errado para estar sendo denunciada, quando responderam que não poderiam explicar e que ela teria que acompanhá-los até a delegacia. Mesmo tendo lançado mão de recursos que poderiam conferir legitimidade a seu trabalho, tal como seu

diploma do Curso de Boas Práticas enquadrado e exposto na parede, a informação clara dos ingredientes contidos em todos os seus remédios, além da informação de que havia participado de cursos no Sebrae, os policiais insistiram que ela os acompanhasse até a Delegacia do Consumidor. Dona Francisca relata que se manteve tranquila, que teve a impressão que algo a “cobriu”, se remetendo a sensação que teve de que estaria sendo protegida por Deus. Acompanhou os policiais até a delegacia e descreve seu interrogatório como uma “especulação nojenta”. Quando lhe perguntaram sobre quem havia ensinado a fazer remédios e se tinha conhecimento de que fazer remédios caseiros era “contra a lei”, ela teria retrucado:

“Moço, eu não faço remédio, eu sirvo à comunidade. Se você ver esses remedinhos que eu faço, eu faço para a comunidade, eu não vivo disso não. Eu tenho condições de viver sem ser isso. Isso aí é porque eu tenho um compromisso com a comunidade que tem muita necessidade que o governo não cuida e eu posso cuidar.” (Dossiê, p. 168)

As resistências se expressam na persistência cotidiana do cuidado, na transmissão oral dos saberes e na adaptação do ofício às transformações históricas. Mesmo diante da perda de territórios, da devastação ambiental e da pressão do agronegócio, as raizeiras e raizeiros mantiveram práticas de manejo sustentável e redes comunitárias de cuidado.

Mais recentemente, a resistência assume também uma dimensão política e organizativa, com a articulação coletiva das raizeiras e raizeiros em redes. Essas mobilizações buscam a defesa dos territórios, da biodiversidade e dos direitos consuetudinários de praticar a medicina tradicional, além do reconhecimento do ofício como patrimônio cultural imaterial.

Assim, a história do ofício é marcada por uma tensão permanente entre conflito e resistência, onde cuidar da vida, das plantas e do Cerrado torna-se, em si, um ato político.

Fazer o remédio caseiro é fazer política de cuidado com as pessoas e com as plantas do Cerrado. Problemas que envolve o ofício, as plantas, as pessoas, estão sempre presentes no trabalho de feitura, assim como também a alegria de conviver com o Cerrado e com as pessoas que compartilham do conhecimento da potência das plantas. (Dossiê, p. 254)

IV. O Ofício das Raizeiras e Raizeiros do Cerrado como objeto de Registro

O presente processo tem como objeto o reconhecimento do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado como bem cultural de natureza imaterial. O ofício é constituído por um conjunto de saberes e práticas tradicionais relacionados à identificação, manejo sustentável e transformação de espécies vegetais do Cerrado em remédios caseiros destinados ao cuidado com a saúde.

Integrante de um sistema tradicional de cuidado, esse saber converge conhecimentos sobre o território, as plantas, o corpo e o adoecimento. O ofício compreende: a leitura sensível do ambiente e o reconhecimento das espécies vegetais; práticas de manejo e coleta baseadas em critérios de respeito, permissão e sustentabilidade; técnicas próprias de preparo, conservação e combinação de insumos; escuta qualificada das pessoas atendidas e a indicação do uso dos remédios.

A origem histórica do ofício remonta aos processos de ocupação humana do território hoje identificado como Cerrado, articulando matrizes de saberes indígenas, africanos e luso-brasileiros. Povos indígenas desenvolveram conhecimentos aprofundados sobre a biodiversidade local e seus usos medicinais; populações negras, especialmente quilombolas, agregaram experiências e cosmologias relacionadas ao cuidado e ao uso ritual e terapêutico das plantas; outras populações contribuíram para a consolidação de práticas adaptadas às condições ambientais e sociais da região. Dessa confluência, formou-se uma medicina tradicional das plantas do Cerrado, continuada e recriada ao longo de gerações.

As detentoras e detentores do ofício são mulheres e homens residentes em territórios rurais, quilombolas, indígenas, periurbanos e urbanos situados na área de abrangência do Cerrado, bioma presente nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí, além do Distrito Federal.

Nota-se um claro protagonismo feminino na transmissão e exercício do ofício, devido às divisões sociais do cuidado historicamente atribuído às mulheres. “Como diz Dona Cecília, raizeira do quilombo São Domingos/GO, ninguém aprende sozinha: ‘Sempre tinha mãe, uma avó, uma madrinha que ensina o gosto pelas plantas.’” Isso não impede que haja também a atuação de homens, formados no interior das mesmas redes familiares e comunitárias.

A produção dos remédios caseiros ocorre, em geral, em espaços semelhantes a cozinhas, denominados farmacinhas caseiras ou farmacinhas comunitárias, sendo as últimas espaços abertos à comunidade. As técnicas empregadas são semelhantes às do preparo de alimentos e resultam em diversas formas de medicamentos, como garrafadas, tinturas, xaropes, pomadas, pílulas e chás, elaborados a partir de plantas medicinais e insumos da agricultura familiar.

A definição do tratamento é realizada a partir de uma consulta na qual a raizeira ou o raizeiro realiza escuta atenta da história e das condições da pessoa atendida, mobilizando um repertório acumulado pela experiência e pela tradição.

A transmissão dos saberes ocorre predominantemente pela oralidade e pela vivência, especialmente na convivência intergeracional, nas caminhadas pelo Cerrado e na participação no preparo dos remédios. O aprendizado envolve também valores éticos relacionados ao respeito às plantas, ao uso responsável dos recursos naturais e ao compromisso com o cuidado.

A noção de dom e a crença na agência das plantas e na dimensão espiritual do cuidado fundamentam esse ofício. Rezas, pedidos de licença, rituais e orientações recebidas em sonhos integram o universo simbólico que legitima a prática e orienta a conduta das detentoras e detentores. A eficácia terapêutica é socialmente reconhecida por meio de testemunhos de cura e pela confiança reiterada das comunidades que recorrem a esses saberes.

O Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado é indissociável do ecossistema em que está inserido. O Cerrado, segundo maior bioma do país e reconhecido como uma das regiões de maior biodiversidade do mundo, fornece a base material do ofício. A continuidade dessa prática cultural depende da conservação das espécies nativas, das águas e dos territórios tradicionais onde se realiza a coleta e a transmissão dos conhecimentos.

O bem cultural analisado nesse processo integra, portanto, um sistema tradicional de cuidado que articula cultura, meio ambiente e modos de vida, expressando identidade, memória e resistência de povos e comunidades do Brasil central. Seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial fundamenta-se em sua relevância para a diversidade cultural brasileira e para a salvaguarda dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

V. O livro de registro e a abrangência do bem.

O Dossiê de registro indica que a inscrição do bem cultural Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado ocorra no Livro dos Saberes, por se tratar de um ofício, que, de acordo com o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), são caracterizados como:

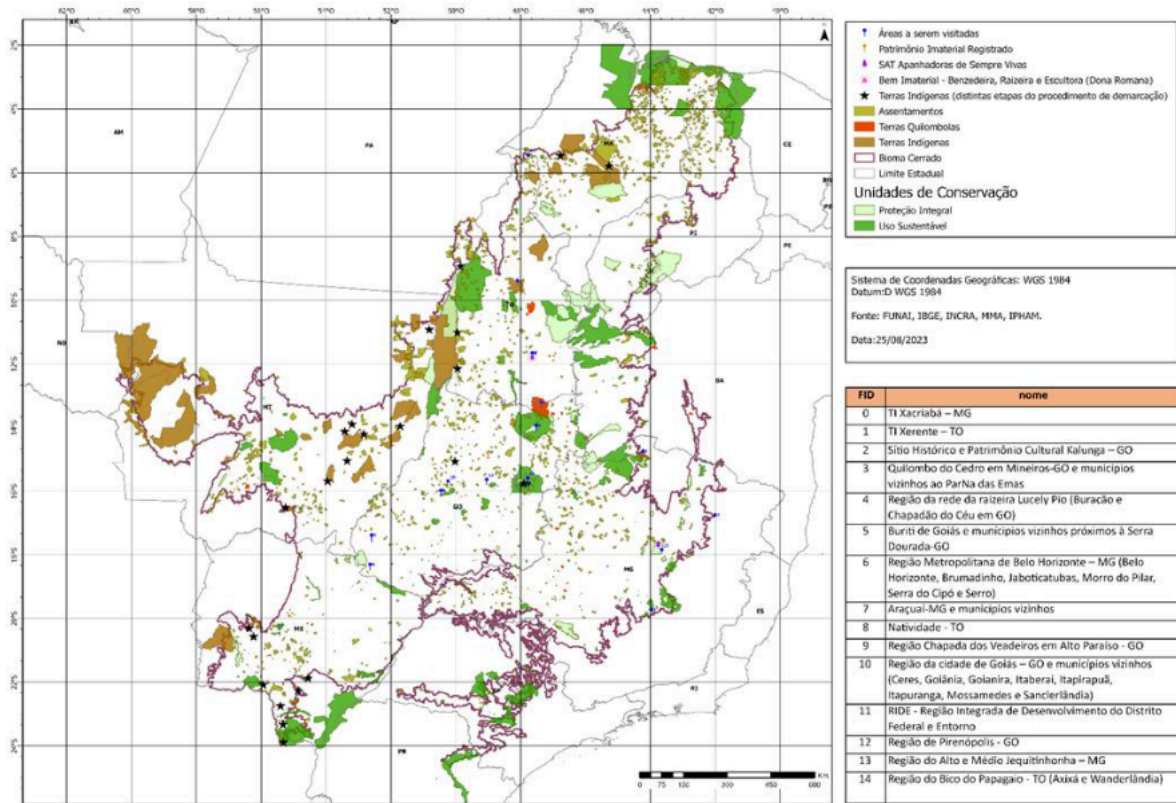
atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente. (Iphan, 2000: 31)

O bem cultural possui como área de abrangência o bioma Cerrado, sem o qual o objeto de registro não existiria por conta de sua vinculação com a área, o que é expresso no próprio título do bem cultural, o Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado. O dossiê considera ainda que:

Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado está ancorada na vivência das comunidades tradicionais do Cerrado, interligando povos indígenas, comunidades quilombolas e demais comunidades

tradicionais rurais e formadoras de redes familiares e de vizinhança nas áreas periurbanas das cidades brasileiras. Essa diversidade de arranjos coletivos se conecta por meio do bioma Cerrado e suas relações com as plantas medicinais, que curam e ensinam sobre a importância do bioma para a vida. Do chão desse território, do Cerrado, onde coletivos se fazem e criam a vida tradicional e o próprio Cerrado, corpos são moldados ao cuidar, plantar, pisar, cultivar, coletar e fazer emergir muitas histórias. (p. 19)

Foi elaborado pela equipe de pesquisa um mapa do bioma cerrado, localizando nesse território as regiões onde aconteceu o trabalho de campo da pesquisa:



Mapa 1. Bioma Cerrado e regiões do trabalho de campo, produção de Michael Jackson Alves, analista ambiental IEB, e do professor da UnB Henyo Barretto Filho, 2024.

VI. Indicações para a Salvaguarda

O dossiê em sua sessão sobre a salvaguarda indica uma série de linhas a serem trabalhadas na salvaguarda do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado. As linhas apontadas no dossiê foram aqui agrupadas em eixos, considerando as proximidades do escopo das ações, embora todas se conectem entre si. Com isso, chegamos ao quadro a seguir:

Eixo	Linha
Identificação, articulação e educação patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar encontros entre raizeiras e raizeiros do Cerrado; Dar continuidade a pesquisa da Farmacopeia Popular do Cerrado; Realização de INRC ou pesquisas sobre o ofício de raizeiras e raizeiros em territórios indígenas, quilombolas, assentamentos, áreas urbanas e rurais;

	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear os raizeiros e raizeiras do Cerrado em municípios dos estados localizados no bioma Cerrado e no DF, tendo em vista a ameaça crescente de empreendimentos que tem aniquilado o território tradicional do Cerrado; • Produção de material didático que informe sobre a história das comunidades a partir da perspectiva das raizeiras e raizeiros do Cerrado, o que levará em conta os conhecimentos tradicionais e a conservação do bioma;
Economia do Patrimônio: turismo e comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir os raizeiros e raizeiras do Cerrado como guias turísticos em Parques Nacionais, criar cursos de formação de guias turísticos envolvendo a rede comunitária dos territórios indígenas, quilombolas e outros onde as raizeiras e raizeiros se encontram; • Fomentar no nível municipal a instalação de viveiros de plantas medicinais sob a supervisão de raizeiras e raizeiros do Cerrado que possam gerar mudas, que serão matéria-prima para as farmacinhas das comunidades, com possibilidades de gerar renda adicional para as famílias agricultoras, articulando, assim, a manutenção das ações de cuidado com a vida plena e a consolidação dos assentamentos de reforma agrária
Saúde: conhecimento tradicional e rede pública de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mesa de diálogo com o Ministério da Saúde para discutir as farmacinhas e venda de remédios caseiros por raizeiras e raizeiros do Cerrado; • Criar Grupo de Trabalho interministerial (MinC, MMA, MS, MIR, MPI) para pensar a lei de proteção da medicina tradicional; • Criar Grupo de Trabalho com o Ministério da Saúde (Secretaria Especial de Saúde Indígena) para pensar a participação das e dos indígenas raizeiras e raizeiros do Cerrado nas farmácias vivas nas UBSI (Unidades Básicas de Saúde Indígenas). • Criar Grupo de Trabalho para pensar a participação dos guardiões e guardiãs de saberes ancestrais sobre o uso das plantas medicinais e sobre a alimentação indígena com compartilhamento de experiências

	das Pastorais da Criança no âmbito da saúde indígena;
Cerrado: território e governança	<ul style="list-style-type: none"> • Criar ações no nível municipal e distrital para fomentar os quintais nas áreas urbanas e periurbanas com a participação de raizeiras e raizeiros do Cerrado (visitas aos quintais e oficinas mantidas por raizeiros e raizeiras do Cerrado); • Criar Grupo de Trabalho interministerial para pensar em um território de uso comum para coleta de plantas (Cerrado livre), reservas extrativistas e acesso aos Parques Nacionais; • Criar mesa de diálogo com municípios e ministérios para que se busque a restauração do Cerrado em áreas urbanas, periurbanas e rurais com a mentoria das raizeiras e raizeiros da região;

Em geral, as linhas envolvem território, saúde, meio ambiente, economia, reconhecimento, articulação federativa e o protagonismo social. Trata-se de linhas gerais, e a partir do trabalho de salvaguarda em cada estado outras proposições locais podem surgir. Assim, o quadro estruturado anteriormente não é taxativo, configura caminhos iniciais a serem percorridos pelas superintendências nos territórios.

VII. Considerações finais

Diante da relevância do bem cultural não apenas para os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, rurais e periurbanas que habitam o Cerrado, mas também para a sociedade brasileira em sua totalidade, nos manifestamos favoráveis à inscrição, no Livro dos Saberes, do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado como Patrimônio Cultural do Brasil.

É este o parecer.

Marina Baldoni Amaral
Analista I

Alessandro Barbosa Lopes
Técnico I - Antropólogo

-
1. Instrumento político elaborado pela comunidade de detentoras e que contém acordo sobre temas relevantes relacionados a seu modo de vida.
 2. Dossiê de Registro do Ofício de Raizeiras e Raizeiros do Cerrado, p. 254.
-



Documento assinado eletronicamente por **Marina Baldoni Amaral, Analista I**, em 09/04/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Barbosa Lopes, Técnico I - Antropólogo**, em 09/04/2026, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7310308** e o código CRC **ABB5EF73**.

Referência: Processo nº 01450.010388/2006-15

SEI nº 7310308